

“Primeiro esforço deve ser reforma tributária”

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O ex-ministro da Fazenda do Chile Alejandro Foxley sugeriu ao presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, a utilização de seu “capital político e prestígio pessoal” para, logo no começo de seu governo, fazer uma reforma tributária, antes do desgaste das discussões com o Congresso. “O primeiro esforço deveria ser uma reforma tributária vinculada não só ao ordenamento tributário (disso a população entende pouco) mas ao tema da equidade, dar uma certa garantia de que o Estado vai usar bem esses recursos sociais”, afirmou em entrevista a este jornal.

Foxley, a grande estrela do seminário “O Brasil e as tendências econômicas e contemporâneas”, realizado no Itamaraty sexta-feira e sábado, com a presença do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, foi ministro da Fazenda do governo Aylwin, de 1990 a março deste ano, período em que, segundo contou, houve um aumento da taxa de investimentos de 30% do PIB e um crescimento da economia de 7%. O lema de sua gestão foi liberalização com equidade. A experiência chilena é a que mais impressiona Cardoso. “Foxley disse coisas sensatas. Ele tocou no solo. O grande esforço é de aterrissar conhecendo as propostas de pouso de outros países mas não cometendo os mesmos enganos”, afirmou o presidente eleito.

EMPRESAS PRIVADAS INVESTIRAM 50% MAIS

Depois do choque “ortodoxo” do período Pinochet, com uma queda da produção industrial próxima a 30% (entre os anos de 1974-75), redução dos gastos públicos e retração dos salários, houve no Chile um processo de abertura da economia, de redução de tarifas e “reestruturação produtiva para o setor exportador”, comenta Foxley. A experiência democrática, com Aylwin, consistiu na estratégia “crescimento com equidade”. O primeiro passo foi uma reforma tributária,



Alejandro Foxley

“um aumento do imposto sobre o valor agregado (IVA), com o compromisso do governo de destinar 100% dessa arrecadação ao investimento nas pessoas. Como resultado, num período de cinco anos, o gasto social no Chile aumentou 50% reais. O interessante na experiência chilena é que, tendo havido um aumento da carga tributária também para as empresas, o investimento privado no governo Aylwin aumentou 50%. Creio que o conceito de legitimidade econômica através de um compromisso forte de equidade convém inclusive aos empresários, porque dá uma percepção de longo prazo ao sistema econômico e com isso aumenta a decisão de investimento”.

Foxley disse que a privatização no Chile foi massiva, “não seletiva” e em alguns casos pouco transparente, o que gerou “lucros de capital enormes”. “No Chile houve uma percepção de injustiça no processo de privatização quanto à transparência democrática.” O ex-ministro chileno observou que a privatização nos setores de monopólio deve ser feita com cuidado. “Pode haver problemas adicionais de desigualdade quando as tarifas de água potável ou de eletricidade sobem mais fortemente para as famílias de renda mais baixa.” Foxley alerta: “A privatização pode ser um fator de aumento da desigualdade e deslegitimador de um processo econômico que se apóia cada vez mais na empresa privada”.